



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ética e Compromisso a Serviço do Povo



OFÍCIO N.º 164/2018

Assunto: Resposta ao Ofício 181/2018

Referência: Inquérito Civil nº MPMG-0210.17.000122-1

Pedro Leopoldo, 04 de julho de 2018.

Ilustríssimo Promotor, de Justiça,

A Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, vem, representada pelo seu Presidente, o Sr. Geraldo da Cruz Alves Andrade, atender à solicitação desta Promotoria de prestar informações sobre o Portal Transparência da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

Conforme solicitado consta em anexo os formulários respondidos e atendendo a Lei Federal nº 12.525/11 e Lei Complementar nº 131/09.

Saliento ainda que foram adotadas todas as providências necessárias para atender o disposto no art. 48 e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º da Lei de Acesso à Informação.

Sem mais para o momento, renovo protestos e estima e consideração.

Atenciosamente,


Geraldo da Cruz Alves Andrade
Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo

Ilmo. Sr. Luciano Moreira de Oliveira,
Promotor de Justiça
Ministério Público do Estado de Minas Gerais.



Cópia

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO LEOPOLDO/MG
Rua Doutor Rocha, 887, Centro, Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33.600-000

Ofício nº 181/2018

Referência: Inquérito Civil nº MPMG-0210.17.000122-1

Pedro Leopoldo, 19 de abril de 2018.

Excelentíssimo Presidente,

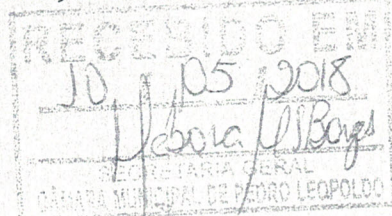
Pertinente ao ofício nº 396/2017, o qual encaminhou informações disponibilizadas nos sites da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo e Portal Transparência, que após pesquisa realizada nestes, constatou-se que não atendem a todas as exigências da Lei Federal nº 12.525/11 e Lei Complementar nº 131/09.

Diante disso, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por seu Órgão de Execução infra-assinado, com fulcro no artigo 26, inciso I, alínea 'b', da Lei Federal nº 8.625/93, requisita a Vossa Excelência o cumprimento do seguinte:

1. Responder aos formulários A e B – Portal de Transparência anexos;
2. Adotar todas as providências necessárias ao **cumprimento integral** do disposto no art. 48 e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º da Lei de Acesso à Informação, conforme solicitado no ofício 449/2PJPL/2017 recebido pela Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara, Keli Daniela Fernandes, em 06/09/2017 e respondido pelo Presidente da referida Casa Legislativa através do ofício 396/2017, de 3 de outubro de 2017.

Excelentíssimo Senhor
GERALDO DA CRUZ ALVES ANDRADE
Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo/MG

Gentileza mencionar o número do procedimento, ao encaminhar a resposta



Formulário A – Portal da Transparência

Sim Não

Data em que foi realizada a consulta: 04/07/18

1) O órgão/entidade possui portal da transparência próprio?

Identificar o endereço eletrônico do portal: CMPEDROLEOPOLDO-MG.PORTALTP.COM.BR

1.1 Caso não possua portal próprio, o órgão/entidade aderiu ao Portal Minas Transparente (<http://minastransparente.tce.mg.gov.br>) ?

2) O portal da transparência disponibiliza os seguintes relatórios para consulta?

2.1 Obrigatórios - art. 48 da Lei nº 101/2000

2.1.1 Plano Plurianual - PPA e respectivos anexos.

Especificar os períodos divulgados: 2014-2017 e 2018-2021

Nota: PPA é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Município ao longo de um período de quatro anos. É encontrado no Portal da Transparência no formato de uma lei publicada em que se aprova o respectivo PPA do Município. Se na Lei do PPA estiver indicando que ele é composto de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.1 Plano Plurianual - PPA e respectivos anexos.

Especificar os períodos divulgados: 2014-2017 e 2018-2021

Nota: PPA é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Município ao longo de um período de quatro anos. É encontrado no Portal da Transparência no formato de uma lei publicada em que se aprova o respectivo PPA do Município. Se na Lei do PPA estiver indicando que ele é composto de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.1 Plano Plurianual - PPA e respectivos anexos.

Especificar os períodos divulgados: 2014-2017 e 2018-2021

Nota: PPA é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Município ao longo de um período de quatro anos. É encontrado no Portal da Transparência no formato de uma lei publicada em que se aprova o respectivo PPA do Município. Se na Lei do PPA estiver indicando que ele é composto de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal.

X

2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e respectivos anexos.

Especificar os anos divulgados: 2014 2015 2016 2017

Nota: LDO é uma lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e respectivos anexos.

Especificar os anos divulgados:

2014 2015 2016 2017 Nota: LDO é uma lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e respectivos anexos.

divulgados: 2014 2015 2016 2017

Nota: LDO é uma lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal.

X

2.1.3 Lei Orçamentária Anual - LOA e respectivos anexos.

Especificar os anos divulgados: 2015 2016 2017

Nota: LOA é uma lei que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.3 Lei Orçamentária Anual - LOA e respectivos anexos.

Especificar os anos divulgados:

2015 2016 2017 Nota: LOA é uma lei que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. 2.1.3 Lei Orçamentária Anual - LOA e respectivos anexos.

anos divulgados: 2015 2016 2017

lei que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal.

X

Formulário A – Portal da Transparência

Sim Não

Data em que foi realizada a consulta: 04 / 07 / 2018

Não se aplica, pois o município publica o

2.1.4 Relatório Resumido da Execução Orçamentária ao final de cada bimestre

Nota: Deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. É composto pelo Balanço Orçamentário (onde são lançadas as receitas e despesas **previstas** para o período); Demonstrativo da Execução das Receitas (onde são lançadas as receitas **efetivamente arrecadadas** no período); Demonstrativo da Execução das Despesas (onde são lançadas as despesas **efetivamente realizadas** no período); Apuração da Receita Corrente Líquida (somatório de todas as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições aos planos de seguridade social), Receitas e Despesas Previdenciárias (referentes ao regime próprio de previdência dos servidores); Resultado Nominal (onde é apresentada a evolução da dívida fiscal) e Primário (onde é apresentada a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras); Despesas com Juros e Restos a Pagar.

2.1.4 Relatório Resumido da Execução Orçamentária ao final de cada bimestre
Nota: Deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. É composto pelo Balanço Orçamentário (onde são lançadas as receitas e despesas **previstas** para o período); Demonstrativo da Execução das Receitas (onde são lançadas as receitas **efetivamente arrecadadas** no período); Demonstrativo da Execução das Despesas (onde são lançadas as despesas **efetivamente realizadas** no período); Apuração da Receita Corrente Líquida (somatório de todas as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições aos planos de seguridade social), Receitas e Despesas Previdenciárias (referentes ao regime próprio de previdência dos servidores); Resultado Nominal (onde é apresentada a evolução da dívida fiscal) e Primário (onde é apresentada a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras); Despesas com Juros e Restos a Pagar.

2.1.4 Relatório Resumido da Execução Orçamentária ao final de cada bimestre
Nota: Deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. É composto pelo Balanço Orçamentário (onde são lançadas as receitas e despesas **previstas** para o período); Demonstrativo da Execução das Receitas (onde são lançadas as receitas **efetivamente arrecadadas** no período); Demonstrativo da Execução das Despesas (onde são lançadas as despesas **efetivamente realizadas** no período); Apuração da Receita Corrente Líquida (somatório de todas as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições aos planos de seguridade social), Receitas e Despesas Previdenciárias (referentes ao regime próprio de previdência dos servidores); Resultado Nominal (onde é apresentada a evolução da dívida fiscal) e Primário (onde é apresentada a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras); Despesas com Juros e Restos a Pagar.

2.1.5 Relatório de Gestão Fiscal do Município ao final de cada quadrimestre

Nota: É composto pelos seguintes comparativos dos gastos com o limite fiscal estabelecido na Lei nº 101/2000: despesa total com pessoal, distinguindo os inativos e pensionistas; dívidas consolidada (onde se apura o montante total das obrigações financeiras) e mobiliária (onde se apura a dívida por resgate de títulos públicos); concessão de garantias; operação de crédito, inclusive por antecipação de receita.

2.1.5 Relatório de Gestão Fiscal do Município ao final de cada quadrimestre
Nota: É composto pelos seguintes comparativos dos gastos com o limite fiscal estabelecido na Lei nº 101/2000: despesa total com pessoal, distinguindo os inativos e pensionistas; dívidas consolidada (onde se apura o montante total das obrigações financeiras) e mobiliária (onde se apura a dívida por resgate de títulos públicos); concessão de garantias; operação de crédito, inclusive por antecipação de receita.

2.1.6 Prestação de contas anual entregue ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com o respectivo parecer prévio do TCE-MG.

Especificar os anos divulgados:

3) O Portal da Transparência disponibiliza as seguintes informações para consulta?

3.1 Despesas - art. 48-A, inciso I da Lei nº 101/2000 e art. 7º, inciso I do Decreto Federal nº 7.185/2010

3.1.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às despesas do Município? É possível realizar a consulta das despesas de quais anos? 2016 2017 2018

3.1.2 É possível verificar uma nota de empenho específica?

3.2 Receitas - art. 48-A, inciso II da Lei nº 101/2000 e art. 7º, inciso II do Decreto Federal nº 7.185/2010

3.2.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às receitas do Município? É possível realizar a consulta das receitas de quais anos?

3.3 Procedimentos licitatórios - art. 8º, § 1º, inciso IV da Lei nº 12.527/2011

3.3.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às licitações realizadas pelo Município? É possível realizar a consulta das licitações de quais anos? 2014 2015 2016 2017 2018

3.3.2 É possível verificar uma licitação específica?

3.4 Repasses ou transferências de recursos financeiros - art. 8º, § 1º, inciso II da Lei nº 12.527/2011

Formulário A – Portal da Transparência

Data em que foi realizada a consulta: 04 / 07 / 2018

| | | Sim | Não |
|----------------------|--|-----|-----|
| | 3.4.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas aos repasses ou transferências de recursos recebidas ou realizadas pelo Município? É possível realizar a consulta dos repasses ou transferências de quais anos? <u>2016 2017 2018</u> | X | |
| 3.5 Convênios | | | |
| | 3.5.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas aos convênios celebrados pelo Município? É possível realizar a consulta dos convênios de quais anos? <u>2014</u> | X | |
| | 3.5.2 É possível verificar um convênio específico? | X | |

Formulário A – Portal da Transparência

Data em que foi realizada a consulta: 04 / 07 / 2018

Sim Não

| | | Sim | Não |
|---|---|-----|-----|
| 3.6 Despesas com passagens e diárias | | | |
| | 3.6.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às despesas com passagens e diárias pagas pelo Município? É possível realizar a consulta dessas despesas de quais anos? <u>2016 2017 2018</u> | X | |
| | 3.6.2 É possível verificar uma despesa com passagem e uma despesa com diária específica? | X | |
| 3.7 Pessoal | | | |
| | 3.7.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às despesas com pessoal pagas pelo Município? É possível realizar a consulta dessas despesas de quais anos? <u>2016 2017 2018</u> | X | |
| 3.8 Demais informações a serem divulgadas - art. 8º, § 1º, incisos I, V e VI da Lei nº 12.527/2011 | | | |
| | 3.8.1 O portal disponibiliza a estrutura organizacional do Município? | X | |
| | 3.8.2 O portal disponibiliza os endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público? | X | |
| | 3.8.3 O portal disponibiliza os dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades? | | X |
| | 3.8.4 O portal disponibiliza a consulta às respostas a perguntas mais frequentes da sociedade? | X | |
| 4) O Portal da Transparência: (art. 8º, § 3º da Lei 12.527/2011) | | | |
| | 4.1 Permite o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão? | X | |
| | 4.2 São utilizados recursos de navegação intuitiva a qualquer cidadão, não sendo necessário possuir conhecimentos específicos de informática? | X | |
| | 4.3 O acesso ao portal independe de utilização de senhas ou de cadastramento de usuários? | X | |
| | 4.4 Possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações? | X | |
| | 4.5 Garante a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso? | X | |
| | 4.6 Mantém atualizadas as informações disponíveis para acesso? | X | |
| | 4.7 Indica o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do portal para a solicitação de informações complementares? | X | |
| | 4.8 Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação? | X | |
| | 4.9 Adota medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098/2000 e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008? | X | |

| | Sim | Não | Observações |
|---|-----|-----|-------------|
| Formulário B - Portal da Transparência | | | |
| Data em que foi realizada a consulta: 04 / 07 / 2018 | | | |
| 1) O órgão/entidade possui portal da transparência próprio? Identificar o endereço eletrônico do portal: <u>CM DE DILOPOLDO - MG. PORTALTP.COM.BR</u> | X | | |
| 1.1 Caso não possua portal próprio, o órgão/entidade aderiu ao Portal Minas Transparente (http://minatransparente.tce.mg.gov.br)? <u>CM DE DILOPOLDO - MG. PORTALTP.COM.BR</u> | X | | |
| 2) O portal da transparência disponibiliza os seguintes relatórios para consulta? | | | |
| 2.1 Obrigatórios - art. 48 da Lei nº 101/2000 | | | |
| 2.1.1 Plano Plurianual - PPA e respectivos anexos. Especificar os períodos divulgados: <u>2014-2017 2018-2021</u> Nota: PPA é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Município ao longo de um período de quatro anos. É encontrado no Portal da Transparência no formato de uma lei publicada em que se aprova o respectivo PPA do Município. Se na Lei do PPA estiver indicando que ele é composto de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. | X | | |
| 2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e respectivos anexos. Especificar os anos divulgados: <u>2014 2015 2016 2017</u> Nota: LDO é uma lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. | X | | |
| 2.1.3 Lei Orçamentária Anual - LOA e respectivos anexos. Especificar os anos divulgados: <u>2015 2016 2017</u> Nota: LOA é uma lei que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Se for composta de anexos, estes também deverão estar divulgados no Portal. | X | | |

| | | | |
|---|---|--|---------------|
| <p>3.1.2 Na consulta das despesas é possível verificar o valor total estimado de despesa para o ano por conta contábil (ex: obras e instalações, material de consumo) ou por unidade orçamentária (ex: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Educação)?</p> | X | | N5 na Aplicar |
| <p>3.1.3 Também é possível verificar na consulta se foi realizada alguma atualização desse valor total estimado de despesa para o ano?</p> | | | |
| <p>3.1.4 A consulta das despesas permite verificar qual foi o valor total empenhado de despesas no período por conta contábil ou por unidade orçamentária? Nota: O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida. Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.</p> | X | | |
| <p>3.1.5 Também é possível verificar qual foi o valor total liquidado de despesas no período por conta contábil ou por unidade orçamentária? Nota: Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação é o segundo estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.</p> | X | | |
| <p>3.1.6 É possível verificar na consulta qual foi o valor total pago de despesas no período por conta contábil ou por unidade orçamentária? Nota: O pagamento refere-se ao terceiro estágio da despesa orçamentária e consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 64, define ordem de pagamento como sendo o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga.</p> | X | | |
| <p>3.1.7 A consulta permite visualizar as despesas agrupadas por função (exemplo: segurança pública, assistência social) e por subfunção (exemplo: policiamento, assistência ao idoso)?</p> | X | | |
| <p>3.1.8 O portal possui algum tipo de consulta que permite identificar o número do empenho relativo à determinada despesa?</p> | X | | |

| | | | |
|---|---|--|----------------------|
| <p>3.2.4 O portal permite identificar os valores financeiros arrecadados de receita por conta contábil (ex: obras e instalações, material de consumo) ou por unidade orçamentária (ex: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Educação)?</p> | | | <p>Não se aplica</p> |
| <p>3.2.5 Também foram divulgados os valores mensais das receitas extraordinárias arrecadadas?</p> | | | |
| <p>3.3 Procedimentos licitatórios - art. 8º, § 1º, inciso IV da Lei nº 12.527/2011</p> | | | |
| <p>3.3.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas às licitações realizadas pelo Município? É possível realizar a consulta das licitações de quais anos?</p> | X | | |
| <p>3.3.2 Para cada licitação realizada foi disponibilizado no portal o respectivo edital licitatório?</p> | X | | |
| <p>3.3.3 Estão disponíveis no portal as informações das empresas participantes de cada procedimento licitatório com o detalhamento da razão social, CNPJ e valores ofertados?</p> | X | | |
| <p>3.3.4 Os resultados de cada licitação estão divulgados no portal?</p> | X | | |
| <p>3.3.5 Estão disponibilizados no portal os contratos celebrados em cada licitação e eventuais termos aditivos?</p> | X | | |
| <p>3.3.6 No caso em que foram realizadas atas de registros de preços, essas atas estão disponibilizadas para consulta no portal?</p> | | | |
| <p>3.4 Repasses ou transferências de recursos financeiros - art. 8º, § 1º, inciso II da Lei nº 12.527/2011</p> | | | |
| <p>3.4.1 Há no portal um ícone específico com a disponibilização de informações relativas aos repasses ou transferências de recursos recebidas ou realizadas pelo Município? É possível realizar a consulta dos repasses ou transferências de</p> | X | | |
| <p>2016 2017 2018 2019</p> | | | |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| 3.7.3 O portal apresenta a lista dos pensionistas detalhando nome e o número de identificação funcional do servidor falecido, o cargo por ele ocupado e a data de publicação do ato de concessão do benefício? | | | Vem Aplicar |
| 3.7.4 O portal também apresenta a relação dos servidores cedidos para outros órgãos da Administração com o nome e número de identificação funcional, cargo e função ocupados, ato de nomeação com a indicação do seu destino, do ônus da cessão e do prazo da mesma? | X | | |
| 3.7.5 O portal apresenta a relação dos servidores cedidos e outros órgãos da Administração com o nome e número de identificação funcional, cargo e função ocupados, ato de nomeação com a indicação de sua origem, do ônus da cessão e do prazo da mesma? | X | | |
| 3.7.6 O portal apresenta a relação dos nomes dos servidores com funções gratificadas ou comissionadas, detalhando o número de identificação funcional, a função, a lotação e a data de nomeação para o cargo? | X | | |
| 3.7.7 O portal apresenta a lista dos estagiários com os respectivos nomes, especialidades, prazo de duração do estágio e indicação se o estágio é obrigatório ou não? | X | | |
| 3.7.8 No portal está divulgado o plano de carreira dos servidores com o detalhamento dos cargos e estrutura remuneratória? | X | | |
| 3.7.9 No portal está disponibilizado o quantitativo de cargos vagos e ocupados? | X | | |
| 3.7.10 Também está disponível a relação de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a Administração Pública, agrupados por nível e classificação? | X | | |
| 3.7.11 Estão disponibilizados os atos de provimento e vacância ocorridos no período da consulta? | | | |
| 3.8 Demais informações a serem divulgadas - art. 8º, § 1º, Incisos I, V e VI da Lei nº 12.527/2011 | X | | |
| 3.8.1 O portal disponibiliza a estrutura organizacional do Município? | | | |

| | | | |
|---|---|--|--|
| 4.7 Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação? | X | | |
| 4.8 Adota medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098/2000 e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008? | X | | |